

in Isabel Cristina F. Fernandes e Michelle Teixeira Santos (Coord.),
Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo,
Município de Palmela, Palmela, 2012.

Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a.C.*

*Carlos Tavares da Silva** e Joaquina Soares****

Localização

O Castro de Chibanes ocupa uma área culminante da crista da Serra do Louro (costeira do Miocénico da Pré-Arrábida), com cerca de 300 metros de extensão, defendida a sul por escarpa sobranceira ao Vale dos Barris e a norte por encosta de acentuado declive. Dela se domina grande parte daquele vale, de férteis terras de cultivo e vasta planície, coberta de pinhais, que, para norte, se estende até aos esteiros do Tejo (Figs. 1 e 2).

Administrativamente, pertence ao concelho de Palmela, distrito de Setúbal. Um ponto central da jazida possui as seguintes coordenadas geográficas: 38°33'50"N e 8°55'5"W.

* Neste texto apresenta-se de forma sintética a informação disponível sobre o sítio arqueológico de Chibanes proporcionada e reavaliada pelo projecto de investigação que o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) af tem vindo a desenvolver. Em abordagem pluridisciplinarmente integrada, a intervenção arqueológica do MAEDS tem incluído igualmente a



Fig. 1 – Localização do Castro de Chibanes (indicada por seta) na crista da Serra do Louro. Fotografia obtida a partir do Vale dos Barris. Em último plano, Palmela. Foto arquivo MAEDS.

vertente de apresentação ao público do sítio arqueológico, a sua continuada limpeza e conservação, bem como a preparação da base documental necessária à recente classificação de Chibanes como Sítio de Interesse Público (Portaria n.º 420/2011, DR, 2.ª Série, n.º 54, de 17-03-2011).

** Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. cea.maeds@mail.telepac.pt

*** Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. maeds@mail.telepac.pt



Fig. 2 – Vista de Chibanes para norte: planície que se estende até ao Tejo. Foto arquivo MAEDS.

2. História da investigação

O sítio arqueológico de Chibanes foi dado a conhecer por António Inácio Marques da Costa, em 1906, em *O Archeologo Português*, vol. XI, n.^{os} 1 a 4.

Com base nos materiais recolhidos, quer à superfície quer em algumas sondagens, A. I. Marques da Costa concluiu que a jazida arqueológica tinha origem no Neolítico e que teria perdurado até ao Período Romano.

No primeiro estudo sobre a identificação do sítio arqueológico, que acabámos de citar, o autor classifica de neolítico, de acordo com a periodização em uso no seu tempo, o material pré-histórico recolhido «a pouca profundidade ou mesmo à superfície do solo». A observação das fotos que ilustram esse texto permite afirmar a presença, no local, de uma ocupação calcolítica de fácies estremenha e de um Horizonte Campaniforme/Bronze antigo bem representado por cerâmica campaniforme, em especial por taça tipo Palmela. O autor refere também a existência de *queijeiras* cuja associação a materiais campaniformes se encontra actualmente comprovada, e ainda a presença de nume-

rosos pesos de tear (artefactos que ocorrem ao longo de todo o Calcolítico) que designa por «tijolos para suspensão», não se comprometendo com uma classificação funcional.

A envolvente paisagística de Chibanes e a morfologia do local mereceram grande atenção no primeiro estudo sobre a jazida, concluindo o seu autor que a «chã» de Chibanes era uma forma artificial que servira de «assento de um antigo recinto fortificado».

Existiria, assim, uma fortificação que, do lado sul, mais inacessível, aproveitava a escarpa natural e do norte (encosta menos abrupta) se encontrava delimitada por amuralhado em arco de círculo.

Em 1908, Chibanes volta a ser objecto de nova publicação da autoria de Marques da Costa, no quadro de um artigo sobre a «Idade eo-metálica (ou do cobre e bronze primitivos)»¹, particularmente dedicado aos artefactos em cobre das estações pré-históricas dos arredores de Setúbal (Rotura, grutas artificiais da Quinta do Anjo e Chibanes). Discute-se então a problemática da existência de uma Idade do Cobre, correspondente à utilização deste metal em contextos onde a utilidade lítica de tradição neolítica era ainda muito abundante. Esta fase fora proposta por Villanova no Congresso de Archeologia Prehistorica de Lisboa, em 1880, defendendo este autor não só a existência de uma Idade do Cobre em Espanha, mas também o carácter indígena dessa primeira metalurgia. A. I. Marques da Costa, mais hesitante que Estácio da Veiga², acérrimo defensor de uma Idade do Cobre em Portugal, apresenta a proposta de *Idade Eo-metalica*, durante a qual teria sido utilizado o cobre nativo. Os resultados da análise de uma ponta de tipo Palmela proveniente das grutas artificiais da Quinta do Anjo, realizada por C. Lepierre e M. Lachanel, são apresentados em favor da sua proposta: composição quase exclusivamente constituída por cobre (93, 31 %).

Nas diversas escavações que diz ter mandado fazer em Chibanes, encontrou artefactos em cobre semelhantes aos da Rotura e aos das sepulturas da Quinta do Anjo «misturados nas mesmas camadas de terra» com outros que lhe pareceram posteriores, da Idade do Ferro e da Época Romana. Reconhecendo embora ter grande dificuldade em classificar cronologicamente alguns exemplares, isola como pertencendo à *Idade Eo-metalica*, à excepção de quatro objectos que nos parecem ser de cronologia posterior, um conjunto de artefactos de cobre, tipicamente do III milénio a.C.: dois punções, uma espátula, duas lâminas de facas, uma ponta tipo Palmela.

Em artigo publicado em 1910, sub-intitulado «Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes», A. I. Marques da Costa³ dá-nos conta do principal espólio e das suas interpretações sobre o povoado de Chibanes após a realização de nova e derradeira campanha de escavações. Os resultados mais relevantes respeitam à Idade do Ferro.

A maior limitação a apontar às intervenções de campo de A. I. Marques da Costa foi a não distinção de qualquer estratigrafia:

«[...] nestas excavações encontrei, sem disposição alguma estratigráfica ou ordem cronológica, grande número de objectos congêneres de outros, que já descrevi e que reputo neolíticos e da Idade do Cobre, por serem muito semelhantes aos que encontrei na Rotura e grutas da Quinta do Anjo»⁴.

As ocupações pré-históricas que A. I. Marques da Costa designa por neolítica e da Idade do Cobre têm pouca expressão no artigo em análise. São apresentados alguns materiais de cobre, como um machado plano e uma faca, uma caçoila campaniforme e um possível ídolo de calcário.

A partir de um alfinete de osso de cabeça espatulada decorada por dois círculos concêntricos, o autor divaga

na procura de paralelos formais até ao Egeu, Egipto, Creta. Admite influências micénicas, as quais teriam chegado à Península de Setúbal quando aqui ainda se vivia em um estádio neolítico⁵.

O difusionismo, (migrações de origem mediterrâneo-oriental), comanda claramente as interpretações de A. I. Marques da Costa, enquanto principal teoria explicativa da mudança cultural. A valorização de analogias formais, culturalmente descontextualizadas, foi um pressuposto que sobreviveu na arqueologia peninsular até quase aos nossos dias.

No texto de 1910 é confirmada a abundância de espólio calcolítico sidérico e ainda a presença de material romano mas, como o espólio das ocupações pré-históricas tinha sido amplamente referido em artigos anteriores, este artigo aborda fundamentalmente as ocupações proto-históricas. A partir da descrição do espólio (organizado por matérias-primas) e das figuras, verificamos a presença de cerâmicas campanienses da 2.^a metade do séc. II e séc. I a.C., de ânforas neopúnicas Maña C2b, dos sécs. II-I a.C., de cerâmica comum de fabrico local e/ou regional (de que se destacam cerâmicas estampilhadas e pintadas de bandas, pequenas taças hemisféricas com furos de suspensão – o tipo de recipiente mais comum no depósito votivo de Garvão). Encontram-se, igualmente bem representados, cossiros; descrevem-se pesos de rede e diversos objectos de pasta vítrea, nomeadamente contas de colar e fragmento de recipiente de filiação púnica, decorado por motivo fitomórfico nas cores amarela, verde e branca, sobre fundo azul. No que respeita aos artefactos metálicos importa salientar o aparecimento de fíbulas de La Tene II e III, dos sécs. II e I a.C., de anzóis de barbela e de numismas: asse de bronze, com cabeça laureada e barbada à esquerda, acompanhada de legenda em caracteres latinos, no anverso, e atuns com legenda indígena no reverso⁶, correspondente à

segunda emissão de Salácia, segundo A. Vives Escudero⁷ e integrável nas cunhagens ibero-púnicas de Guadan⁸; médio bronze de Cláudio que assinala episódica ocupação romana do local⁹, tal como Marques da Costa expressamente reconheceu:

«*Sob o domínio romano ainda o castro de Chibanes chegou a ser habitado, pelo menos até ao séc. I depois de Cristo, como o prova claramente a moeda aí achada do imperador Claudio. É certo porém que não se vêem nas ruínas d'esta estação nenhuns restos de materiais de construção caracteristicamente romanos como são as tegulae, imbrices, argamassa signina, etc. o que parece indicar que o castro não foi habitado até ao fim do longo período da dominação romana na Península. Não é isto para admirar, pois não era necessário tal castro [...] Parte do seu povo espalhar-se-ia pelas vilas rusticas romanas, de que restam vestígios nos férteis campos dos arredores de Setúbal, ou pelos muitos estabelecimentos industriais, que havia nas margens do Sado, para salga e exportação de peixe e moluscos [...] desde o Moinho Novo até ao Creiro.*

«*A maior parte, porém, da população do castro seria atraída para o importante centro [...] em Tróia*»¹⁰.

O texto sobre Chibanes, de 1910, e o espólio da jazida depositado no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia foram reanalisados parcialmente em diversas ocasiões. Recordaremos as mais significativas.

Em 1959, F. Bandeira Ferreira¹¹, ao discutir a localização de Cetóbriga, considerava Chibanes a hipótese mais provável. Já anteriormente, A. I. Marques da Costa¹² tinha proposto idêntica localização. Chibanes reunia as condições topográficas exigidas pelo sufixo *briga*, possuía ocupações da Idade do Ferro e da Época Romana. A cronologia do abandono do sítio era excessivamente antiga para o pressuposto teórico de F. Bandeira Ferreira. Assim, este autor procede à revisão dos materiais, na busca de espólio romano do Baixo

Império e da Antiguidade Tardia. Encontra, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, na coleção Marques da Costa, fragmentos de *t. sigillata* do séc. II d.C. e moedas dos séculos III e IV d.C. atribuídas a Chibanes. A fina análise do texto de 1910 leva-o, porém, a duvidar da proveniência atribuída àquelas peças e a descobrir no material aí publicado¹³, um fragmento de *sigillata* clara decorada por estampilhagem (Clara D) que não havia sido devidamente reconhecido.

Em 1971, o espólio de Chibanes foi revisitado por Manuela Delgado, quando da preparação de artigo de síntese sobre a cerâmica campaniense encontrada em Portugal¹⁴.

As cerâmicas campanienses de Chibanes surgem, neste artigo, referidas com a proveniência genérica de «Setúbal»:

- 1 exemplar de cerâmica precampaniense (1.^a metade do séc. III a.C.), da forma 21, 22 ou 26;
- 2 exemplares de campaniense A tardia, nas formas 5/7 e 36 (1.^a metade do séc. I a.C. e sécs. II-I a.C., respectivamente);
- 1 exemplar de campaniense B, da forma 3 (séc. II-I a.C.).

Desta cerâmica, foram ilustradas as formas 36 e 5/7 de campaniense A tardia (Est. I, n^{os} 12 e 13).

Em 1978, Manuel Maia procede à revisão do material anfórico. Dos quatro exemplares da forma Maña C2b, de perfil completo, publicados em 1910, M. Maia apenas localizou três, dos quais somente um conservava a totalidade do perfil. A esses três exemplares acrescenta cinco bicos fundeiros e cinco bocais, perfazendo um número mínimo de seis ânforas, por ele consideradas de fabrico cartaginês. As referidas ânforas pertencem ao tipo Maña C2b e foram produzidas, durante os sécs. II e I a.C., no Círculo do Estreito (quer no norte de Marrocos – Kouass –, quer no sul de Espanha). No que concerne às duas outras ânforas publi-

cadras por A. I. Marques da Costa (1910), M. Maia considera uma delas pertencente à forma Dressel I; a outra, púnica, não foi objecto de observação directa, por motivo de desaparecimento. Trata-se de uma ânfora «ibero-púnica» de que possuímos apenas a fotografia publicada por Marques da Costa, a qual não permite observações de pormenor necessárias a uma classificação fina.

O estudo da necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes) levou Caetano de Melo Beirão e Mário Varela Gomes a observar o material de Chibanes¹⁵, na procura de paralelos tipológicos. Republicam uma tampa de urna de orelhetas perfuradas que havia sido classificada como pequeno recipiente de pé alto e asa perfurada, de fabrico muito grosseiro¹⁶. Esta descoberta constitui uma contribuição interessante, já que a distribuição daquele tipo de recipiente é maioritariamente mediterrânea e sobretudo levantina. Em Portugal, surgiu somente em Chibanes, Galeado e depósito votivo de Garvão.

Em 1998, J. Roque Carreira¹⁷ publica um vasto conjunto de materiais arqueológicos do III milénio a.C. atribuídos às escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes. Embora desprovidos de contexto, esses materiais revelam, pela sua tipologia, que este povoado foi ocupado durante o Horizonte da Cerâmica Canelada (de notar a ausência de “copos” neste lote cerâmico, o que parece apontar para momento evolucionado do Calcolítico antigo), o Horizonte da Cerâmica “Folha de Acácia” e o Horizonte Campaniforme, este último especialmente bem representado (trata-se do “mais numeroso conjunto deste tipo de olaria exumado até ao presente no território português”)¹⁸, sobretudo por exemplares do grupo estilístico de Palmela. Sem descartarmos a possibilidade de alguns dos materiais poderem ser provenientes da Rotura, o conjunto publicado é, na generalidade, confirmado pelas nossas escavações.

Em 2004, Amílcar Guerra¹⁹ procede a uma tentativa de enquadramento da ocupação romano-republicana de Chibanes na história da conquista romana do Ocidente hispânico. Este autor atribui ao sítio de Chibanes o topónimo *Caepiana*, ou *Castra caepiana* referido na listagem de Ptolomeu dos sítios célticos da Lusitânia. A informação geográfica deste texto clássico permite localizar *Caepiana* na Península de Setúbal, ideia também defendida por Schulten²⁰. Amílcar Guerra, na esteira de outros autores²¹, defende a associação de *Caepiana* à figura militar de Quinto Servílio Cepião.

A breve abordagem à história da investigação do sítio de Chibanes deixou perceber claramente a sua importância e complexidade diacrónica; recuperou informação no que concerne à cultura material móvel, embora descontextualizada, mas permitiu sobretudo proceder a uma avaliação crítica sobre esta importante jazida, silenciada no subsolo e contudo localizada na região do país mais densamente povoada (Área Metropolitana de Lisboa). Nesta “conurbação”, o interesse crescente pelo património arqueológico e a manifesta procura de uma oferta eco-cultural idónea do “Passado”, quer por parte do sector do ensino, do lazer e da saúde de significativas fracções quer populacionais, quer do turismo cultural, constituíram, a par do interesse científico do sítio, fortes motivos para a implementação de projecto de intervenção arqueológica por parte do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS). Os trabalhos de escavação arqueológica são agora metodológica e teoricamente orientados para a apreensão e documentação das dinâmicas ocupacionais do sítio, ou seja, do seu processo histórico na longa diacronia, contextualizando-o a escalas supra-locais. Conhecer a evolução urbanística, compreender a organização socio-económica dos diversos aglomerados urbanos sobrepostos, criar, enfim, um registo arqueológico qualificado, eram pressupostos necessários

ao desenvolvimento da investigação arqueológica, mas também à criação de património cultural. Ampliando extraordinariamente as capacidades didácticas do sítio, o projecto da responsabilidade do MAEDS tem também proporcionado um processo de apropriação do Castro de Chibanes pelas populações locais e regionais, transformando Chibanes em um “*lugar de memória*”. É óbvio que a revalorização desta jazida constitui um trabalho em continuidade, em que investigação, conservação, restauro e difusão cultural constituem acções integradas e simultâneas, em sucessivos ciclos, de acordo com o financiamento disponível, as políticas mais gerais de potenciação dos recursos endógenos nos processos de desenvolvimento local, regional e nacional, que respondem pela instalação de boas condições de acesso e visita e pela correcta integração do sítio e sua envolvente em políticas específicas de investigação, educação e turismo cultural²².

3. O Projecto de Investigação MAEDS

3.1 Principais objectivos

De 1996 à actualidade, o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, com o apoio do IPA, Câmara Municipal de Palmela e Parque Natural da Arrábida, tem vindo a desenvolver um programa de escavações, estudo, conservação, restauro, e divulgação/valorização de Chibanes, participando activamente no processo de classificação do mesmo como monumento de interesse público²³. Os principais objectivos deste projecto, que têm vindo a ser concretizados de acordo com as disponibilidades financeiras, encontravam-se em grande parte definidos em 1996²⁴:

- Conhecer a ocupação calcolítica, a sua periodização, economia e estruturas, tendo em vista obter elementos

que contribuam para a compreensão do sistema de povoamento que durante esse período ocorreu na região da Pré-Arrábida (Serras de S. Luís, do Louro, das Torres Altas, de S. Francisco) e onde estão assinalados numerosos povoados calcolíticos como o Pedrão, Rotura, Moinho da Fonte do Sol, Malhadas e necrópoles em grutas naturais e hipogeus, como os da Quinta do Anjo.

- Determinar a periodização, reconstituir a economia e a organização do espaço edificado durante a II Idade do Ferro.

- Obter um melhor conhecimento sobre o chamado Período Romano Republicano, uma das fases mais obscuras da nossa Proto-História. Na Arrábida, esse período encontra-se igualmente bem representado no Pedrão e no Castelo dos Mouros²⁵.

- Transformar Chibanes em uma significativa referência patrimonial, bem integrada paisagisticamente, onde a riqueza diacrónica do sítio permita viajar por entre diferentes formações sociais, desde o III milénio a.C. até ao mundo romano rural, dos tempos imperiais.

3.2 Equipa

Da equipa constituída para o efeito, sob a direcção dos signatários, fazem parte os seguintes colaboradores permanentes, pertencentes ao Centro de Estudos Arqueológicos (CEA) do MAEDS: Júlio Costa (escavação, topografia e restauro de estruturas arquitectónicas), Jorge Domingos Costa (desenho), Antónia Coelho-Soares (escavação e fotografia), Susana Duarte (escavação), Paula Covas (escavação), Paula Palmeira (escavação e tratamento de materiais), Fernanda Simões (escavação, tratamento de materiais e restauro), Fernanda Pacheco (escavação e inventariação de materiais). A esta equipa associaram-se estudantes universitários e colaboradores remunerados de acordo com os objectivos das diferentes intervenções.

Nos trabalhos de gabinete, além dos referidos elementos do CEA (MAEDS), participam ainda especialistas em diversos domínios específicos, designadamente: Françoise Mayet (estudo da cultura material móvel do período Romano-Republicano), João L. Cardoso (estudo da fauna mamalógica), Manuela Coelho (estudo da fauna malacológica), João Tereso (estudo dos macrorrestos vegetais).

3.3 Breve análise diacrónica

Os trabalhos efectuados pelo MAEDS permitiram distinguir três fases principais de ocupação (Figs. 3 a 5). A mais antiga é datada do III milénio a.C. e abrange o Calcolítico e o Bronze Antigo. Após longo período de abandono (cerca de 1700 anos), ocorre a ocupação da II Idade do Ferro, datável do século IV/III à primeira metade do século II a.C. A terceira fase, do Período Romano Republicano, inicia-se na segunda metade do século II e prolonga-se até ao terceiro quartel do século I a.C.

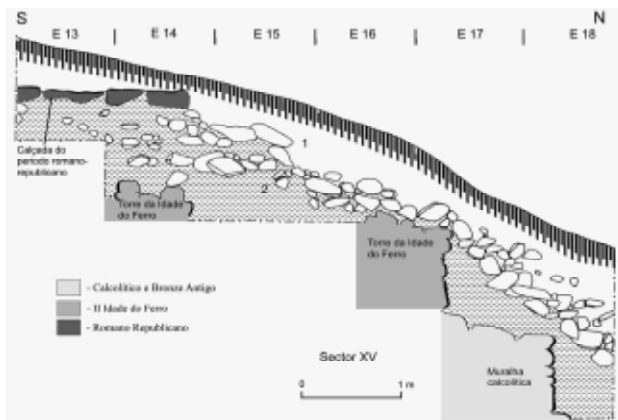


Fig. 3 – Chibanes. Estratigrafia geral, revelando estruturas pertencentes às três grandes fases de ocupação do Castro: Fase I - Calcolítico e Bronze antigo; Fase II - II Idade do Ferro; Fase III - Período Romano Republicano.

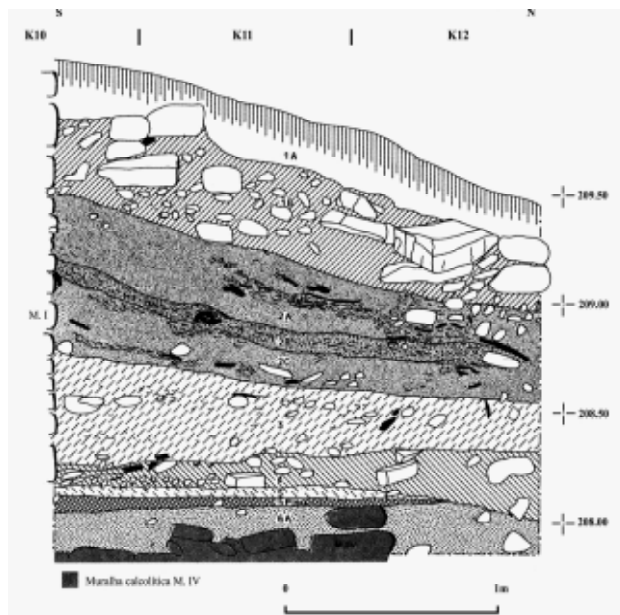


Fig. 4 – Chibanes. Sequência estratigráfica que documenta três grandes fases de ocupação: Camada (C.) 6A – Calcolítico/Bronze antigo; Cs. 5 e 4 – II Idade do Ferro; Cs. 3, 2C, 2B e 2A – Período Romano Republicano.



Fig. 5 – Chibanes. Estruturas defensivas distribuídas pelas três grandes fases de ocupação do Castro: 1 – muralha calcolítica; 2 – muralha da II Idade do Ferro; 3 – muralha da fortificação “aba-luartada”, do Período Romano Republicano.

Durante o Período Romano Imperial, o sítio terá sido objecto de curtas e localizadas estadas, em que terão ocorrido eventuais reutilizações de estruturas. Sobre esta última fase de ocupação, os dados são ainda muito fragmentários e sobre ela não nos deteremos.

4. Ocupações do III milénio a.C.: Calcolítico e Idade do Bronze antigo

As estratigrafias estudadas em Chibanes documentam na generalidade do castro uma sequência de quatro horizontes cronológico-culturais para a ocupação da Fase I (III milénio a.C.).

Horizonte IA

O horizonte IA, o mais antigo, foi datado radiocarbonicamente da 1ª metade do III milénio a.C.. No que concerne à cultura material, importa salientar a presença da chamada decoração canelada (Fig. 6A) que, em Chibanes, ocorre sobretudo em taças em calote, sendo, por ora, muito raros os “copos”, o que parece indicar a fundação do povoado em um momento evolucionado do Calcolítico antigo da Estremadura, sincrónico da primeira ocupação do vizinho povoado da Rotura²⁶ e posterior à primeira fase de ocupação do sítio do Pedrão²⁷

O ambiente vegetal (sugerido pelo estudo antracológico de macrorrestos vegetais carbonizados realizado pelo paleobotânico João Tereso) seria, durante este período, formado por matagais (medronhais e carrascais), carvalhais de carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) existentes sobretudo nos vales onde também ocorreria o freixo, e pinhais de pinheiro manso (*Pinus pinea*). Esta

paisagem vegetal de características supra-mediterrâneas, organizada provavelmente em mosaico, por influência antrópica, seria bem mais florestada que na actualidade; a conservação dos solos e sua fertilidade seriam correlativamente superiores.

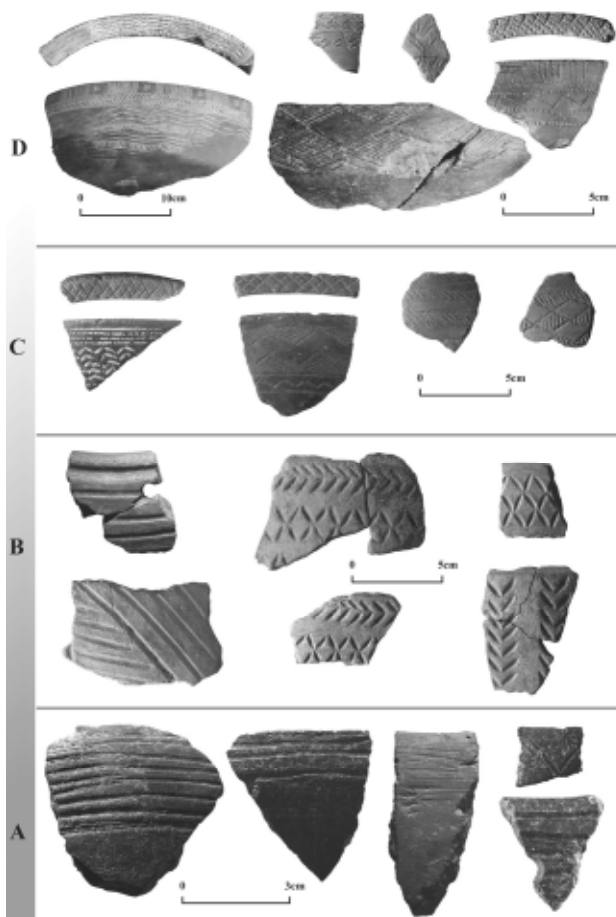


Fig. 6 – Chibanes. Evolução da decoração cerâmica ao longo da sequência ocupacional do III milénio a.C.: A – decoração canelada e caneluras fundas; B – decoração tipo “folha de acácia” e caneluras fundas; C – decoração campaniforme linear-pontilhada (grupo estilístico de Palmela); D – decoração linear-pontilhada associada a decoração incisa (grupo estilístico de Palmela evoluído).



Os restos de alimentação indicam dieta rica em carne de animais selvagens e domésticos (e certamente de produtos de natureza vegetal), complementada por marisco, especialmente moluscos marino-estuarinos. A prática agrícola poderia recorrer à alternância de cultivos para reposição da fertilidade dos solos, como parece ser sugerido pelo aparecimento de macro-restos carbonizados de leguminosas; a caça e a recollecção de marisco e de produtos vegetais (pinhão), embora secundárias, seriam significativas. As actividades artesanais (produção de instrumentos líticos, olaria, tecelagem) estão igualmente documentadas. De sublinhar que os elementos de tear recolhidos são constituídos exclusivamente por placas quadrangulares com 4 orifícios, um em cada vértice, frequentemente portadoras de decoração simbólica, não havendo, pois, a registar a presença de crescentes, tão comuns no Sudoeste Peninsular. O carácter local da produção oleira foi confirmado para o esmerado fabrico da cerâmica de estilo “folha de acácia”, através de um fragmento de argila informe, de acondicionamento de recipientes na câmara de cozedura, que “colado” em cru à parede de um vaso, moldou um troço da sua decoração. Após cozedura, este fragmento cerâmico constituiu-se contra-molde de padrão decorativo do tipo folha de acácia.

Desta primeira fase de instalação do povoado data a construção de estruturas de carácter defensivo, como uma muralha (de que se pôs a descoberto um troço com 55 metros de extensão) edificada ao longo da plataforma superior da encosta norte, a vertente de mais fácil acesso. De orientação aproximadamente este-oeste, o seu traçado desenvolve-se de modo sinuoso não só para oferecer maior superfície de defesa, mas também por razões de micro-topografia, por forma a assegurar a mais adequada conexão ao substrato geológico, em que assentou, formado por camadas muito inclinadas de calcarenito do Miocénico. Esta muralha foi reforçada por

bastiões semi-circulares e por um “pilar” ou “gigante”, que se adossaram à sua face externa (Figs. 7 e 8).

Na área por nós escavada, verificámos que o horizonte IA termina com derrube de construções de adobe, de carácter doméstico, bem como por incêndio que provocou sérios estragos.

Horizonte IB

O segundo horizonte (IB), datado radiocarbonicamente de meados do III milénio a cerca de 2300 a.C., marcado pela abundância de cerâmica decorada por “folha de acácia” (Fig. 6B), corresponde à fase plena e início do colapso do Calcolítico da Estremadura.

Os instrumentos de trabalho são agora enriquecidos pela introdução da metalurgia do cobre. Com efeito, a escavação exumou uma estrutura de combustão, designada por Estrutura II4, que parece corresponder à base de um forno de fundição metalúrgica. De planta subcircular, com cerca de 1,5 m de diâmetro interno, e a tender para piriforme, esta estrutura era delimitada por fiada de blocos de calcarenito de dimensões médias que revelavam ter sofrido acção do fogo; possuía abertura virada a norte; encontrava-se preenchida por depósito rico em cinzas e carvões que embalavam fragmentos de barro cozido e um cadinho de fundição (Fig. 10).

Horizonte IC

O horizonte IC, para o qual não possuímos ainda datações radiométricas, ter-se-ia desenvolvido em torno de 2250 anos a.C. A cerâmica é agora esmagadoramente dominada pela campaniforme com decoração exclusivamente linear-pontilhada que surge em vasos de estilo

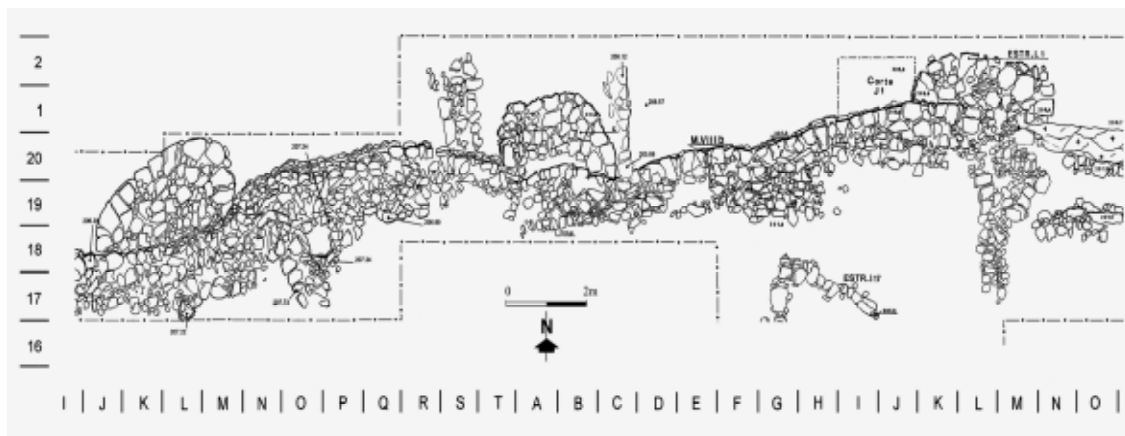


Fig. 7 – Chibanes. Troço da muralha calcolítica, guarnecido por bastiões semicirculares, que defendia a encosta norte.



Fig. 8 – Chibanes. Aspecto das muralhas do Castro que defendiam a encosta norte: 1 - muralha calcolítica; 2 – bastião semicircular calcolítico; 3 – torre circular da II Idade do Ferro. Foto arquivo MAEDS.



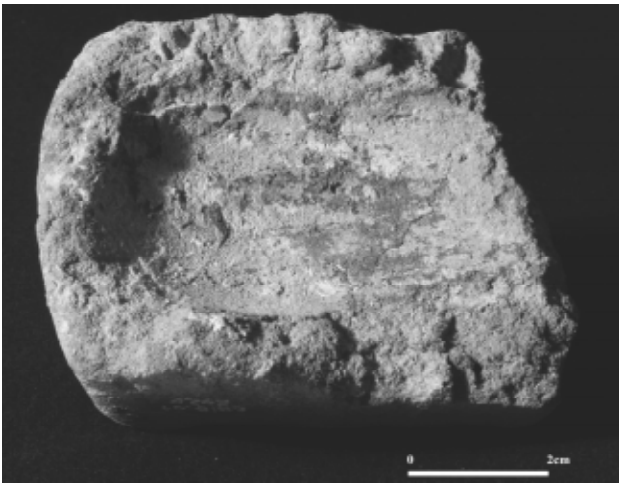


Fig. 10 – Chibanes. Cadinho de fundição do horizonte de ocupação IB (meados/3º quartel do III milénio a.C.). Foto arquivo MAEDS.

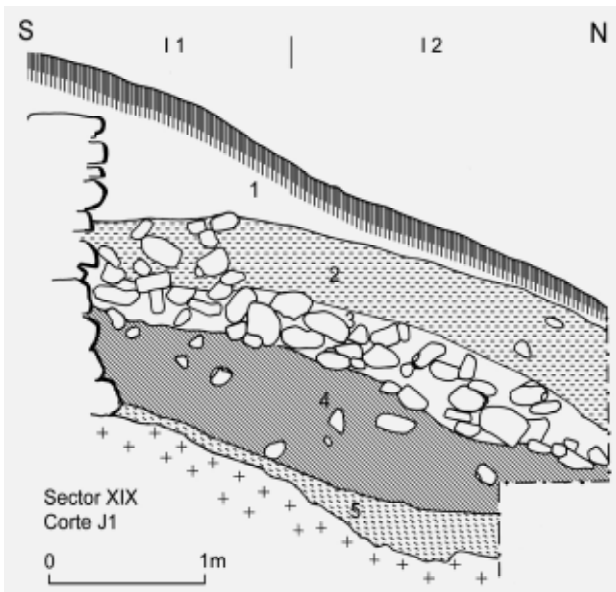


Fig. 9 – Chibanes. Perfil estratigráfico perpendicular à muralha calcáltica VIIIb. A Camada 5, com cerâmica canelada, foi datada radiocarbonicamente da primeira metade do III milénio a.C.; a Camada 2, com cerâmica “folha de acácia”, forneceu datações radiocarbónicas de meados/3º quartel do III milénio a.C. De notar os derrubes (da Muralha VIIIb) que integram a Camada 3.

internacional, em caçoilas acampanadas, em taças baixas de bordo espessado (taças tipo Palmela) e em taças em calote a tender para hemisféricas (Fig. 6C).

A metalurgia do cobre encontra-se bem documentada através de cadinhos de fundição, alguns encontrados no interior de estruturas de combustão que poderiam ter funcionado como fornos (Fig. 11), e de um recipiente-forno metalúrgico – caçoila acampanada com decoração linear-pontilhada, de parede deformada por acção do calor e possuindo a superfície interna com restos de cobre aderente.

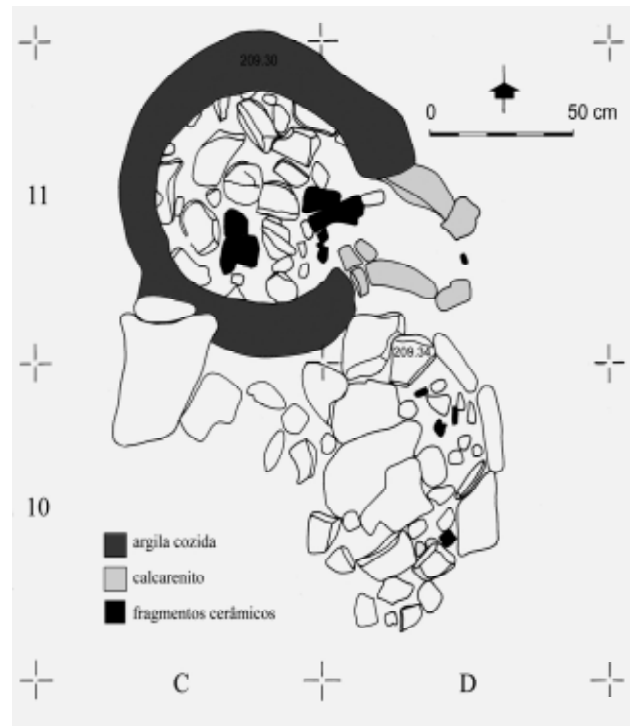


Fig. 11. Chibanes. Estrutura de combustão (forno metalúrgico) do horizonte de ocupação IC (com cerâmica campaniforme do grupo estilístico de Palmela).



Horizonte ID

O último horizonte (ID) encontra-se representado por materiais (artefactos e restos de alimentação essencialmente constituídos por conchas de moluscos estuarinos da espécie *Venerupis decussata* – amêijoia) que formavam depósitos lenticulares intercalados entre blocos pétreos resultantes do derrube definitivo da Muralha IV, localizada na extremidade ocidental do castro. O estabelecimento é agora aberto, tendo-se perdido as lógicas “urbanística” e de povoamento calcólicas.

A análise radiocarbónica de amostras de conchas permite situar cronologicamente este horizonte no último quartel do III milénio a.C., alvares do milénio seguinte, o que parece ser corroborado pela decoração da cerâmica campaniforme, integrável em fase evolucionada do grupo estilístico de Palmela (decoração linear-pontilhada associada a incisa ou exclusivamente incisa e mais raramente excisa – Fig. 6D).

Encontramo-nos já na Idade do Bronze Antigo, período em que devido a profundas transformações económico-sociais²⁸, muitos dos antigos povoados calcólicos entram em decadência e são abandonados. Este período marca o final da ocupação pré-histórica de Chibanes.

Nas necrópoles de hipogeus da Estremadura como na da Quinta do Anjo²⁹, à qual associamos o Castro de Chibanes, ou por exemplo na de S. Pedro do Estoril, o novo poder político, distanciado do anterior sistema de base parental e linhageiro, encontra-se claramente representado na inumação de líderes guerreiros, consumidores de bens de prestígio, como taças campaniformes e artefactos em materiais raros como marfim e ouro. A datação da falange da mão que conservava uma espiral em ouro de um destes chefes, tumulado em S. Pedro do Estoril I, permite-nos acertar o relógio de um tempo tão esquivo quanto o do fim das sociedades igualitárias e o ponto de viragem para as cheifaturas complexas da Idade do Bronze: 3790±40 BP

(Beta-178468); calibração a 1 sigma: 2290-2140; calibração a 2 sigma: 2330-2060³⁰.

5. Ocupação da II Idade do Ferro

Como atrás dissemos, após cerca de 1700 anos de abandono, o sítio de Chibanes é reocupado. Encontramo-nos agora na II Idade do Ferro, no século IV/III a.C., em período de grande instabilidade político-social que teria levado a população a procurar, como sucedera durante o Calcólico, um local de habitat dotado de excelentes condições naturais de defesa. Estas foram reforçadas pela construção de um amuralhado em arco, guarnecido por torres subcirculares, em uma extensão de 300 metros, cujo traçado é aproximadamente coincidente com o da muralha calcólica (Figs. 12 a 13). Tal como esta, defendia a encosta virada a norte e os acessos pela crista da Serra do Louro.

O recinto muralhado foi densamente edificado por compartimentos de planta quadrangular ou rectangular (Figs. 14 e 16). Provavelmente na primeira metade do século II a.C., pelo menos parte desse sistema defensivo entrou em ruínas.

As paredes dos referidos compartimentos possuíam em geral 0,6 m de largura e foram construídos com blocos de calcarenito ligados por argila; suportavam cobertura formada por materiais de natureza certamente vegetal.

Um vasto compartimento (P10) adossado à muralha oeste, de planta rectangular, com mais de 9 m de comprimento (o seu limite nascente não foi ainda identificado), 6 m de largura e com pavimento de argila parcialmente lajeado (Fig. 17), possuía, na zona central, uma lareira circular (1,2 m de diâmetro), construída com grandes fragmentos de recipientes cerâmicos, dispostos horizontalmente e cobertos por capas de argila cozida pela continuada acção do fogo.

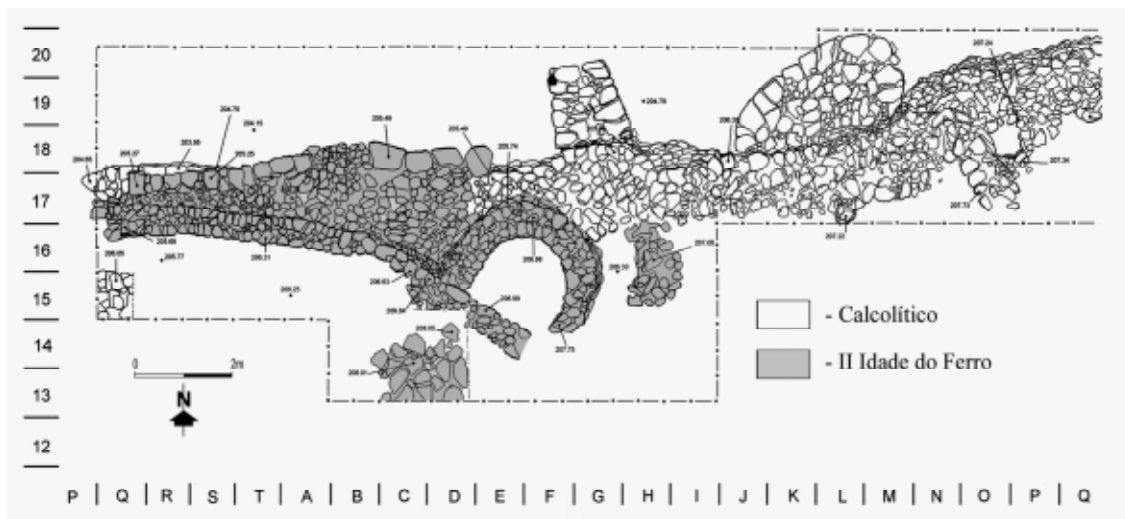


Fig. 12 – Chibanes. Troço da muralha norte da II Idade do Ferro (guarnecida com torre semicircular), sobrepondo-se parcialmente à muralha calcolítica, também guarnecida por bastiões semicirculares.



Fig. 13 – Chibanes. Sistemas defensivos da encosta norte: muralha calcolítica (1), sobreposta parcialmente pela muralha da II Idade do Ferro (2), por torre semicircular (3) pertencente à mesma muralha e por plataforma de grandes blocos pétreos (4) que suportava aquela torre. Foto arquivo MAEDS.





Fig. 14 – Chibanes. Fotografia aérea da área escavada na zona ocidental do Castro, vendo-se a fortificação “abaluartada” do Período Romano Republicano (à direita). À esquerda, área ocupada durante a II Idade do Ferro e reocupada no Período Romano Republicano. Foto arquivo MAEDS.



Fig. 15 – Chibanes. Muralha (1) e torre (2) da II Idade do Ferro e muro interior (3) da fortificação “abaluartada” da zona ocidental, do Período Romano Republicano. Foto arquivo MAEDS.

Os artefactos exumados, na sua esmagadora maioria constituídos por recipientes cerâmicos fragmentados (Figs. 18 e 19), permitem, pela sua tipologia, situar cronologicamente o povoado da Idade do Ferro de Chibanes, no século IV/III e primeira metade do século II a.C. Por outro lado, no que se refere à vertente cultural, verifica-se que esse material cerâmico difere, quer do proveniente de Setúbal e Alcácer do Sal³¹, com evidentes características orientalizantes (séculos VII-VI a.C.) e de tradição orientalizante (do século V a.C. aos alvares da Época Romana) quer do encontrado nos níveis pré-romanos de Miróbriga e Pedra da Atalaia



(Santiago do Cacém)³², de nítido carácter celtizante. Em Chibanes, estamos em presença de outro grupo estilístico, no qual a cerâmica cinzenta ao torno, de tradição fenícia-ocidental, tão abundante em Setúbal e Alcácer do Sal, é escassa, mas onde também rareia a cerâmica característica do horizonte continental e celtizante. Acusando, sem dúvida, influências mediterrâneas (presença, por exemplo, de ânforas ibero-púnicas), afasta-se contudo da cultura material de ascendência fenícia ocidental patente em Setúbal, Abul, Alcácer do Sal ou Almaraz (Almada). O que neste momento sabemos acerca de Chibanes é suficiente para admitirmos a existência de um terceiro grupo estilístico na cerâmica da II Idade do Ferro da região do Baixo Sado.



Fig. 16 – Chibanes. Planta da área escavada na zona ocidental do Castro. A – habitações da II Idade do Ferro reocupadas no Período Romano Republicano; B – Fortificação “abaluartada” do Período Romano Republicano.

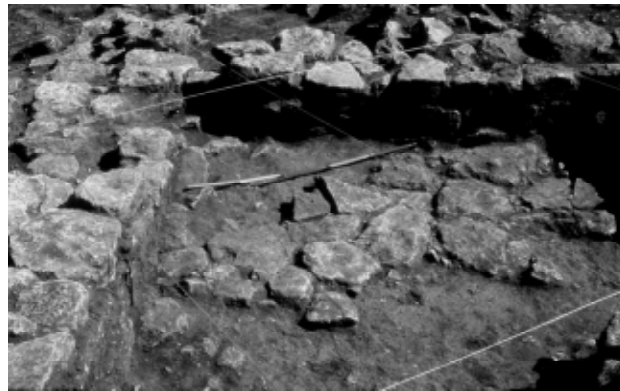


Fig. 17 – Chibanes. Aspecto de uma casa da II Idade do Ferro, cujo pavimento foi parcialmente lajeado. Foto arquivo MAEDS.

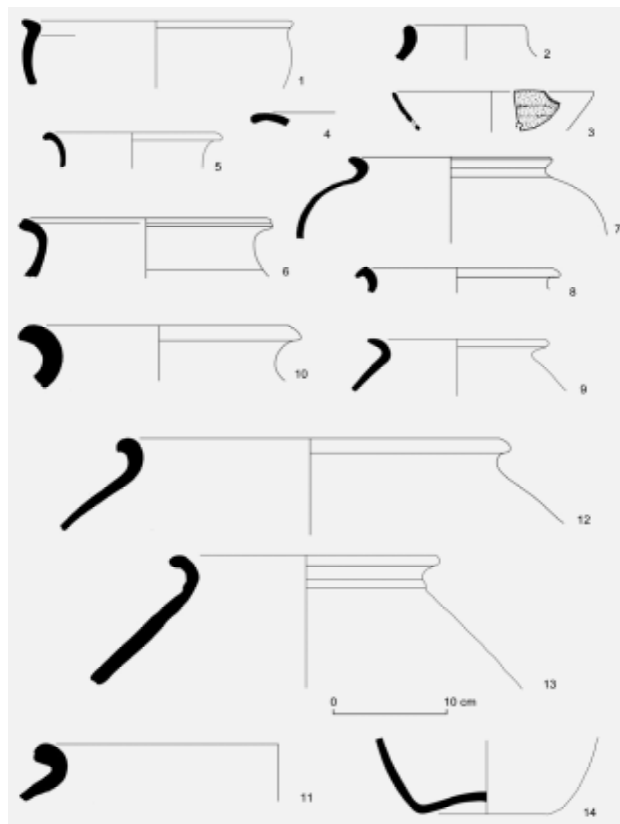


Fig. 18 – Chibanes. Cerâmica comum da II Idade do Ferro. Desenhos de Jorge Costa e Susana Duarte.



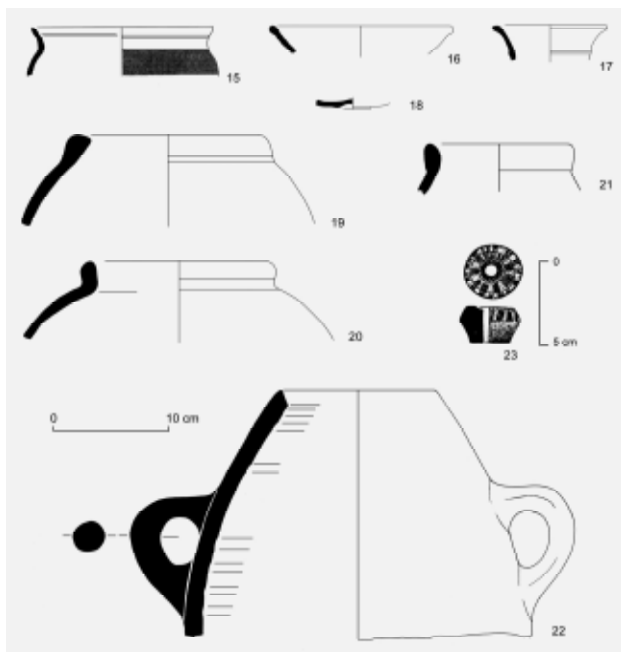


Fig. 19 – Chibanes. Cerâmica da II Idade do Ferro: 15 – Recipiente com pintura de bandas; 16-18 – Cerâmica cinzenta de tradição orientalizante; 19-22 – Ânforas ibero-púnicas; 23 – Fusaioila. Desenhos de Jorge Costa e Susana Duarte.

Os artefactos, bem como os ecofactos proporcionados pela escavação dos níveis sidéricos do Castro de Chibanes, revelam a prática de uma economia assente na agro-pastorícia, complementada pela caça e exploração de recursos marino-estuarinos. As ânforas ibero-púnicas documentam actividade comercial com o mundo mediterrâneo.

6. Ocupação do Período Romano Republicano

A Fase III da ocupação de Chibanes inicia-se na segunda metade do século II a.C. e corresponde ao Período Romano Republicano, ou a uma III Idade do

Ferro, conforme a perspectiva com que se aborde este período, protagonizado por populações indígenas do final da Idade do Ferro e exércitos romanos. Ocorre nesta fase a construção de um muro de delimitação do povoado (Fig. 21), relativamente pouco espesso (cerca de 0,7m de espessura média), parcialmente sobreposto aos derrubes da muralha da fase imediatamente anterior, ao longo da parte superior da encosta norte. Na extremidade ocidental do castro (e provavelmente também na oriental, ainda por escavar) é construído um sistema “abaluartado” de muralhas rectilíneas (Figs. 14, 16 e 20), com aparelho regular que contrasta com o das muralhas da Idade do Ferro, mais grosseiro. Este novo sistema defensivo comportou uma primeira fase (III A – segunda metade do século II – primeira metade do século I a.C.) em que teria desempenhado funções militares, defendendo o acesso pela crista da Serra do Louro e aquartelando guarnição militar implicada nos movimentos da conquista romana da Hispânia Ocidental; em um segundo momento (Fase III B – meados e terceiro quartel do século I a.C.), a referida estrutura militar perde eficiência defensiva a favor de segmentação que a adapta a uso doméstico (divisão em compartimentos dotados de lareiras e bancos corridos, adossados às paredes). Este segundo momento parece ser contemporâneo da ocupação tardo-republicana do povoado do Pedrão.³³

Na área do antigo povoado sidérico, além da construção, com fins domésticos, de novos compartimentos cuja arquitectura é afim da das habitações da II Idade do Ferro, muitas destas são reutilizadas, procedendo-se, por vezes, à sua compartimentação. Este aspecto foi particularmente bem notado através da escavação do Compartimento P10 a que atrás aludimos quando tratámos da ocupação da II Idade do Ferro. Nesta fase (II), o referido compartimento oferecia grandes dimensões, apresentando comprimento superior a 9 m e 6 m



Fig. 20 – Chibanes. 2 – Muro do Período Romano Republicano; 1 – Muralha da II Idade do Ferro sobreposta parcialmente pelo muro 2; 3 – muralha da fortificação “abaluartada” do Período Romano Republicano. Foto arquivo MAEDS.

de largura. Durante o Período Romano Republicano, sofreu sucessivas segmentações: em um primeiro momento (Fase IIIA) é construído um muro transversal, de orientação NE-SO que irá criar um novo compartimento rectangular, mais pequeno, com 5,8 x 3 m; o pavimento era de argila, estruturado por algumas lajes dispersas; quase em frente da porta, foi construída uma lareira de planta oval (1,6 x 1,2 m), cuja tipologia é semelhante à lareira da Fase II (ocupação da II Idade do Ferro). Junto da ombreira sul da porta, encontrava-se, sobre o piso e acondicionada entre dois blocos pétreos, uma enxó em pedra polida. A presença de artefactos pré-históricos, de pedra polida, em contextos

domésticos do final da Idade do Ferro/Período Romano Republicano, tinha já sido observada pelos signatários no povoado do Pedrão³⁴. Tratar-se-á da manifestação de um comportamento ritual relacionado com a atribuição de poderes mágicos aos instrumentos pré-históricos de pedra polida, como até há pouco tempo acontecia em ambientes rurais portugueses.

Em um segundo momento (Fase IIIB), a área do grande compartimento da Idade do Ferro sofre derradeira divisão ao ser construída nova parede, agora de direcção NO-SE, com aparelho semelhante ao das fases anteriores. Surge, assim, um pequeno compartimento aproximadamente quadrangular, com 2,5 x 2,3 m. O pavi-

mento é de argila, estruturado, quer por fragmentos de calcário moído quer por áreas lajeadas. A lareira desloca-se para o canto NE do compartimento e distingue-se das anteriores por ser constituída por uma fossa oval (1,1 x 0,6 m) com cerca de 0,15 m de profundidade.



Fig. 21 – Chibanes. Muro construído no Período Romano Republicano que passou a delimitar o povoado no topo da encosta norte, substituindo a muralha da II Idade do Ferro. Foto arquivo MAEDS.

Os ecofactos recolhidos nos níveis arqueológicos correspondentes à ocupação do Período Romano Republicano indicam, uma vez mais, uma economia baseada na agricultura e criação de gado, com a caça e a exploração dos recursos marino-estuarinos a comportarem-se como actividade não negligenciável. São relevantes os testemunhos de comércio de longa distância, por via

marítima, e provavelmente polarizado pela cidade entreposto de Gadir / Gades (Cádiz). Chibanes recebia vinho itálico transportado em ânforas de tipo Dressel 1 (Fig. 23), bem como cerâmicas finas de mesa (campariense A e B e “paredes finas” – Fig. 22) com a mesma origem, mas tendo provavelmente como intermediária aquela cidade entreposto. Além disso, a baía de Cádiz produzia preparados de peixe que chegavam a Chibanes em ânforas tipo Maña C2b (Fig. 23)



Fig. 22 – Chibanes. Cerâmica exumada no Compartimento R16, do Período Romano Republicano: 1 - talha; 2 - prato em cerâmica campariense B; 3 - imitação, em cerâmica comum, de “paredes finas”; 4 - ânfora de provável tradição greco-itálica. Desenhos de Françoise Mayet.

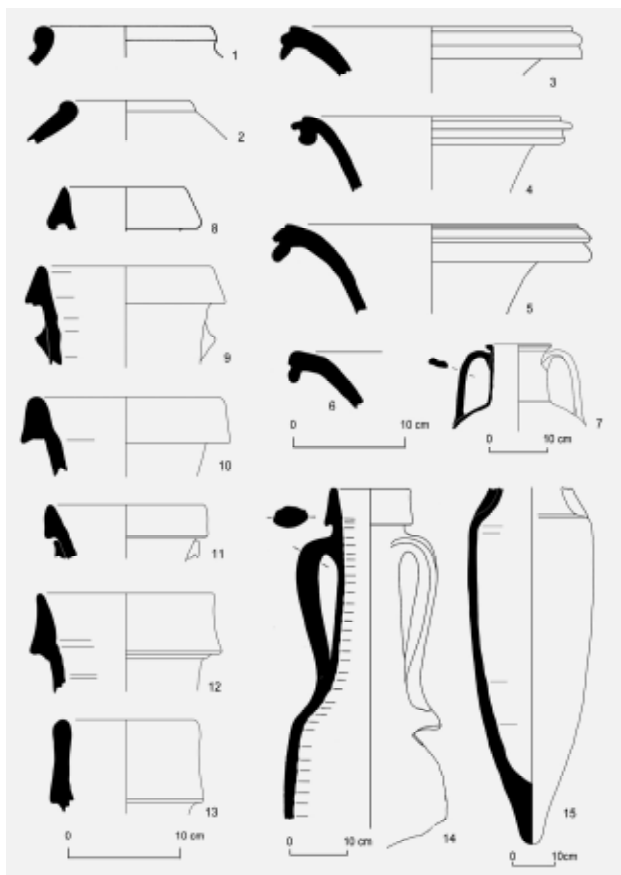


Fig. 23 – Chibanes. Ânforas da fase romano-republicana: 1 e 2 – ibero-púnicas; 3 a 6 – do tipo Maña C2b, originárias da baía de Cádiz; 7 – de provável tradição greco-italica; 8 a 15 – da forma Dressel 1. Desenhos de Françoise Mayet.

De facto, os mercadores do Círculo do Estreito, portadores de uma cultura de tradição fenícia, transacionavam as suas produções de salgas de peixe embaladas em ânforas da forma Maña C2b a par de mercadorias oriundas da Península Itálica, como vinhos, transportados em ânforas Dressel 1, cerâmicas campaniense e de “paredes finas”³⁵, materiais, como atrás dissemos, bem representados em Chibanes, tal como em outros dois estabelecimentos da região da foz do Sado, que

foram igualmente ocupados no Período Romano Republicano – Pedrão, patamar rochoso da encosta oriental da Serra de São Luís, debruçado sobre Setúbal e o estuário do Sado, e Castelo dos Mouros³⁶, verdadeira fortaleza natural da encosta norte da Serra da Arrábida.

Os três sítios do Período Republicano a que acabámos de aludir mostram excepcionais condições naturais de defesa, para além de dispositivos artificiais com o mesmo carácter, particularmente evidentes em Chibanes e no Pedrão, quadro que parece traduzir uma conjuntura político-social de grande instabilidade.

Podemos concluir que até meados do século I a.C. o colonizador romano não ocupava estável e pacificamente a região da foz do Sado. Aliás, a maior parte da cultura material da população de Chibanes do período compreendido entre a segunda metade do século II e o terceiro quartel do século I a.C., de que destacamos os abundantes recipientes de cerâmica comum (taças, panelas, potes, talhas), revela nítida tradição sidérica e produção regional. Assim, ao valorizarmos o peso da componente cultural autóctone na formação deste horizonte geralmente designado por Período Romano Republicano, adoptámos em 1997³⁷, a terminologia de Ferro final ou III Idade do Ferro. No presente texto, seguimos a designação que mais comumente é atribuída a este período, no propósito de destacar o carácter exógeno da última fortificação de Chibanes, claramente em ruptura com a tradição sidérica. Corresponda ou não a *Castra Caepiana*, a povoação de Chibanes da segunda metade do século II-primeira metade do século I a.C. pode trazer novos conhecimentos ao processo da conquista romana da Lusitânia, até agora tão pouco sustentado arqueologicamente.



NOTAS

- ¹ COSTA, António Inácio Marques da, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade Eo-metallica (ou do cobre ou bronze primitivos)», *O Archeologo Português*, 13 (7-12), 1908, Lisboa, p. 270-283.
- ² VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*, v. 4, Imprensa Nacional, Lisboa, 1981, p. 148.
- ³ COSTA, António Inácio Marques da, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes», *O Archeologo Português*, 15, 1910, Lisboa, p. 55-83.
- ⁴ Op. cit nota 3, p. 55.
- ⁵ Op. cit nota 3, p. 59.
- ⁶ Ver sobre esta associação a proposta interpretativa de FARIA, A. M. de, «Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal», *Vipasca*, 1, 1992, Aljustrel, p. 39-48.
- ⁷ VIVES Y ESCUDERO, António, *La Moneda Hispanica*.3, Real Academia de la Historia, Madrid, 1926, p. 25, est. 84, nº4.
- ⁸ GUADAN, António M. de, *Numismatica Iberica e Ibero-Romana*, Instituto Español de Arqueologia, Madrid, 1969.
- ⁹ A recente publicação de um conjunto anfórico do Museu Nacional de Arqueologia, atribuído a Chibanes (TRINDADE, Laura & DIOGO, A. M. Dias, «Ânforas romanas provenientes do Castro de Chibanes», *Al-madan*, II série, 7, 1998, Almada, p. 172-173, onde estão presentes 29 fragmentos de bordos e fundos de ânforas das formas Dressel 14 (1 ex.) e Almagro 51C (28 exs.) não se adequa ao quadro de ocupações episódicas durante a Época Romana Imperial, sugerido pelas recentes escavações em extensão por nós realizadas. Não podemos deixar de manifestar algumas reservas em relação à coleção Marques da Costa depositada no MNA, pois a mistura de materiais de diversas proveniências é evidente.
- ¹⁰ Op. cit. nota 3, p. 82.
- ¹¹ FERREIRA, Fernando Bandeira, «O problema da localização de Cetóbriga. Seu estado actual», *Conimbriga*, 1, 1959, Coimbra, p. 41-70.
- ¹² COSTA, A. I. Marques da, «Setúbal antiga. Localização de Cetóbriga», *Cetóbriga*, 1 (2-5), 1926, Setúbal.
- ¹³ Op. cit nota 3, p. 61, Fig. II, nº 459.
- ¹⁴ DELGADO, Manuela, «Cerâmica campaniense em Portugal», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Ministério da Educação Nacional, Coimbra, 1971, p. 403-420.
- ¹⁵ BEIRÃO, Caetano de Mello & GOMES, Mário Varela, «A Necrópole da Idade do Ferro do Galeado», *O Archeologo Português*, IVª Série, 1, 1983, Lisboa, p. 207-266.
- ¹⁶ Op. Cit. nota 3, p. 67, Et. V, nº 490.
- ¹⁷ CARREIRA, Júlio Roque, «A Ocupação da Pré-história Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal», *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 3-4, 1998, Lisboa, p. 123-213.
- ¹⁸ Op. cit. nota 17, p. 123.
- ¹⁹ GUERRA, A., «*Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 2004, Lisboa, p. 217-235.
- ²⁰ SCHULTEN, A., *Fontes Hispaniae Antiquae. IV – Las Guerras de 154-72 a. de J. C.*, Librería Bosch, Barcelona, 1937.

- ²¹ PASTOR MUÑOZ, M., *Viriato: la lucha por la libertad*, Aldebarán, Madrid, 2000.
- ²² Cf. a propósito desta problemática as componentes do Plano Director do povoado celtibérico de Numancia (Soria), património arqueológico simbólico da resistência indígena à invasão romana. JIMENO MARTÍNEZ, A., «Numancia: pasado vivido, pasado sentido», *Trabajos de Prehistoria*, 57(2), 2000, Madrid, p. 175-193.
- ²³ Portaria n.º 420/2011, DR, 2.ª série, n.º 54, de 17-03-2011.
- ²⁴ SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, «Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996», *Estudos Orientais*, 6, 1997, Lisboa, p. 33-66.
- ²⁵ SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, *Arqueologia da Arrábida*, Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.
- ²⁶ SILVA, C. Tavares da, «O povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal): vestígios de estratigrafia», *Arquivo de Beja*, 25-27, 1968-70, Beja, p. 31-44.
- ²⁷ SOARES, J. & SILVA, C., Tavares da, «A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal», *Setúbal Arqueológica*, 1, 1975, Setúbal, p. 53-154.
- ²⁸ SOARES Joaquina & SILVA, Carlos, Tavares da, «From the collapse of the Chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the Southwest of Iberian Peninsula», in JORGE, S. O. (ed.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (Trabalhos de Arqueologia, 10), 1998, IPA, Lisboa, p. 231-245.
- ²⁹ SOARES, Joaquina, *Os hipogeuos pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2003.
- ³⁰ GONÇALVES, Victor S., *Cascais há 5000 anos*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2005, p. 68.
- ³¹ SOARES, Joaquina & SILVA, Carlos Tavares da, «Ocupação pré-romana de Setúbal. Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, p. 87-101.
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; BEIRÃO; Caetano de Mello; DIAS, Luísa Ferrer & COELHO-SOARES, Antónia, «Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979)», *Setúbal Arqueológica*, 6-7, 1980-1981, Setúbal, p. 149-218.
- ³² SOARES, Joaquina & SILVA, Carlos Tavares da, «Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém)», *Setúbal Arqueológica*, 5, 1979, Setúbal, p. 159-184.
- SILVA, Carlos Tavares da, «Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)», *Setúbal Arqueológica*, 4, 1978, Setúbal, p. 117-132.
- ³³ SOARES, Joaquina & SILVA, Carlos Tavares da, «Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)», *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, 1, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1973, p. 245-305.
- ³⁴ Op. cit. nota 33.
- ³⁵ LÓPEZ CASTRO, J. L., *Hispania Poena. Los Feticios en la Hispania Romana*, Ed. Crítica, Barcelona, 1995.
- ³⁶ SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, *Arqueologia da Arrábida*, Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.
- ³⁷ Op. cit. nota 24.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEIRÃO, Caetano de Mello & GOMES, Mário Varela, «A Necrópole da Idade do Ferro do Galeado», *O Arqueólogo Português*, IVª Série, 1, 1983, Lisboa, p. 207-266.
- CARREIRA, Júlio Roque, «A Ocupação da Pré-história Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal», *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 3-4, 1998, Lisboa, p. 123-213.
- COSTA, António Inácio Marques da, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade Eo-metallica (ou do cobre ou bronze primitivos)», *O Arqueólogo Português*, 13 (7-12), 1908, Lisboa, p. 270-283.
- COSTA, António Inácio Marques da, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes», *O Arqueólogo Português*, 15, 1910, Lisboa, p. 55-83.
- COSTA, A. I. Marques da, «Setúbal antiga. Localização de Cetóbriga», *Cetóbriga*, 1 (2-5), 1926, Setúbal.
- DELGADO, Manuela, «Cerâmica campaniense em Portugal», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Ministério da Educação Nacional, Coimbra, 1971, p. 403-420.
- FARIA, A. M. de, «Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal», *Vipasca*, 1, 1992, Aljustrel, p. 39-48.
- FERREIRA, Fernando Bandeira, «O problema da localização de Cetóbriga. Seu estado actual», *Conimbriga*, 1, 1959, Coimbra, p. 41-70.
- GONÇALVES, Victor S., *Cascais há 5000 anos*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2005.
- GONÇALVES, Victor S. & SOUSA, Ana Catarina, «Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas 14C para o Castro da Rotura no contexto do 3º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal», *O Arqueólogo Português*, Série IV, 24, 2006, Lisboa, p. 233-266.
- GUADAN, António M. de, *Numismática Iberica e Ibero-Romana*, Instituto Español de Arqueologia, Madrid, 1969.
- GUERRA, A., «Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 2004, Lisboa, p. 217-235.
- JIMENO MARTÍNEZ, A., «Numancia: pasado vivido, pasado sentido», *Trabajos de Prehistoria*, 57 (2), 2000, Madrid, p. 175-193.
- LÓPEZ CASTRO, J. L., *Hispania Poena. Los Fenícios en la Hispania Romana*, Ed. Crítica, Barcelona, 1995.
- PASTOR MUÑOZ, M., *Viriato: la lucha por la libertad*, Aldebarán, Madrid, 2000.
- SCHULTEN, A., *Fontes Hispaniae Antiquae. IV – Las Guerras de 154-72 a. de J. C.*, Librería Bosch, Barcelona, 1937.
- SILVA, C. Tavares da, «O povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal): vestígios de estratigrafia», *Arquivo de Beja*, 25-27, 1968-70, Beja, p. 31-44.
- SILVA, Carlos Tavares da, «Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)», *Setúbal Arqueológica*, 4, 1978, Setúbal, p. 117-132.
- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, *Arqueologia da Arrábida*, Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.
- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, «Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996», *Estudos Orientais*, 6, 1997, Lisboa, p. 33-66.
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; BEIRÃO; Caetano de Mello; DIAS, Luísa Ferrer & COELHO-SOARES, Antónia, «Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979)», *Setúbal Arqueológica*, 6-7, 1980-1981, Setúbal, p. 149-218.
- SOARES, Joaquina & SILVA, Carlos Tavares da, «Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)», *Actas das II Jornadas Arqueológicas Urbanas*, 1, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1973, p. 245-305.
- SOARES, J. & SILVA, C., Tavares da, «A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal», *Setúbal Arqueológica*, 1, 1975, Setúbal, p. 53-154.
- SOARES, Joaquina & SILVA, Carlos Tavares da, «Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém)», *Setúbal Arqueológica*, 5, 1979, Setúbal, p. 159-184.
- SOARES, Joaquina & SILVA, Carlos Tavares da, «Ocupação pré-romana de Setúbal. Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, p. 87-101.
- SOARES Joaquina & SILVA, Carlos, Tavares da, «From the collapse of the Chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the Southwest of Iberian Peninsula», in JORGE, S. O. (ed.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (Trabalhos de Arqueologia, 10), 1998, IPA, Lisboa, p. 231-245.
- SOARES, Joaquina, *Os hipogeuos pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2003.
- TRINDADE, Laura & DIOGO, A.M. Dias, «Ânforas romanas provenientes do Castro de Chibanes», *Al-madan*, II série, 7, 1998, Almada, p. 172-173.
- VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*, v. 4, Imprensa Nacional, Lisboa, 1931.
- VIVES Y ESCUDERO, António, *La Moneda Hispanica* t. 3, Real Academia de la Historia, Madrid, 1926.